

# Custos e saldos da crise para a economia - Brasil

ALBERTO ALVES SOBRINHO

Quem tem ações — minoritários e controladores — sentiu o impacto da crise política sobre as bolsas e sobre seus patrimônios.

Entre 1º e 30 de junho, a

queda foi de 70% em dólares, em São Paulo. O auge de 22 de abril, quando a valorização real neste ano chegara a 106%, foi quase eliminado, encerrando o semestre com 0,4%. Não obstante a intensificação da crise, as oscilações mais recentes não mudam o quadro e comprovam a velha máxima segundo a qual, a um dado preço, volta a ser interessante comprar, no médio, curto ou curtíssimo prazo, em operações day-trade.

A bolsa reflete de forma mais aguda as expectativas dos agentes econômicos, mas um consenso ganha a sociedade: o Brasil sairá mais amadurecido da crise. Paradoxalmente, poderá estar mais forte para enfrentar novos obstáculos.

Os custos da CPI sobre corrupção são facilmente identificáveis:

1) Agrava-se a recessão, pois as decisões de investimento (e até de consumo) são adiadas;

2) Com menos credibilidade, é mais difícil vender títulos públicos;

3) O Banco Central precisa gastar mais dólares para conter os mercados de risco, mesmo aceitando ágios mais elevados (de 4,9% no final de



maio para 8,2% a 30 de junho);

4) A imagem brasileira desgasta-se no Exterior, apesar do êxito da Rio-92, diminuindo o fluxo de capital para as bolsas;

5) Fica mais fácil para a oposição torpedear as reformas estruturais em curso, que ficam no papel ou tornam-se mais caras.

Os saldos positivos, mais difíceis de quantificar, não devem, porém, ser desprezados, pois indicam que o País separa mais facilmente a conjuntura das mudanças estruturais — as únicas que darão ao Brasil a capacidade de competir no futuro:

1) Não houve o pânico que tomou conta da sociedade em momentos anteriores da história — o BC tem caixa para derrubar especulações contra o cruzeiro e, não obstante a forte queda, a Bolsa continua apresentando oportunidades;

2) As reformas estruturais

persistem e já começam a oferecer resultados — como a privatização, a modernização dos portos aprovada na Câmara, a abertura comercial, o aprimoramento das regras cambiais, a normalização das relações com a Comunidade Financeira Internacional;

3) O País não se dá por vencido — a Bolsa de São Paulo realizou dia 29 de junho, em Londres, seu segundo seminário internacional para vender o mercado brasileiro, enquanto a Comissão de Valores Mobiliários evita “aguar” ainda mais a participação da União no capital da Telebrás, proibindo a colocação primária de ADRs (American Depository Receipts) nos EUA;

4) Afinal, qualquer que seja o desfecho da CPI, o País percebe-se maior que o governo, e conforta-se com a expectativa de que as próximas eleições municipais serão mais

baratas — ante a falência do Estado-comprador de bens e serviços e o risco das “doações”.

O maior obstáculo à frente é a possibilidade de redução do ritmo das reformas estruturais. Prova disso é a afirmação do presidente da Comissão Fiscal, Ary Oswaldo Mattos Filho, de que, mantida a carga tributária, a partir de 1995, os empresários brasileiros irão investir nos outros países do Mercosul — Uruguai, Paraguai ou Argentina, porque no Brasil ficou caro demais.

Mas felizmente, agora, a verdade começa a ser dita sem reservas. Quem estiver à frente do Executivo entenderá e dará curso à modernização, ou poderá ser atropelado. Para a felicidade da economia brasileira.

■ Alberto Alves Sobrinho é diretor do Grupo Fair e foi presidente da Associação Nacional das Corretoras (Ancor).

